

Objeto: **CONFEÇÃO E IMPRESSÃO DE 550 UN. DE CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO EM POLIESTER, IMPRESSO FRENTE E VERSO EM 4 CORES.**
 Empresa Autorizada: **ARTPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - EPP**
 CNPJ: **04.344.283/0001-40**
 Valor do Objeto: **R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)**

Elemento de Despesa: **33.90.30-00 - Material de consumo - 33.90.30-44 - Registro o valor das despesas com materiais utilizados para identificação.**
 Data da Ratificação: **31 de março de 2017**

Jorge Nakkoud
 Coordenador Geral de Licitações

PARTE IV

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

CONCESSÃO

BASTOS E DE ALBUQUERQUE LTDA ME, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana – SEMADUR a Licença Ambiental Modalidade Licença de Operação para atividade de: **Atividades Veterinárias; Comercio Varejista de Medicamentos para uso Veterinário, inclusive vacinas; Comercio Varejista de Animais Vivos e de artigos, e Alimentos para Animais; Alojamento de Animais Domésticos; Higiene e Embelezamento de Animais Domésticos.** Localizada à Rua Coronel Sebastião Lima, 399, Jardim Monte Líbano Campo Grande MS Cep: 79004-600.

CENTRO AUTOMOTIVO BARBOSA & BARBOZA LTDA, estabelecida a Rua Joaquim Murтинho nº 1525- Vila Costa Lima, inscrita no CNPJ sob nº 20.070.2350001-67 e Insc. municipal de nº 19058900-5, vem tornar público através desta que a Prefeitura Municipal de Campo Grande por meio da secretaria municipal de meio ambiente e Gestão Urbana, CONCEDEU a Licença Ambiental (Licença de Operação) nº 03.111/2017 com validade até 16/03/2021.

REQUERIMENTO

ISIDORO MORAES - FAZENDA MATEIRA torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana – SEMADUR a Licença Ambiental Modalidade Licença Prévía para atividade de **CONFINAMENTO BOVINO**. A Fazenda esta localizada na **ZONA RURAL** do município de Campo Grande - MS na **RODOVIA SENTIDO CAMPO GRANDE/ROCHEDINHO Km 010 LADO ESQUERDO DA PISTA. 15 km DE DISTÂNCIA DE CAMPO GRANDE - MS.**

CONCESSÃO

G.O.S. MOTORES DIESEL LTDA - ME torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana – SEMADUR a Licença Ambiental Modalidade Licença Ambiental Simplificada com validade de **60 MESES** a contar de 23/03/2017, para atividade de **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.** Localizada à **AVENIDA: GUAICURUS Nº 2696-CEP: 79063-080-BAIRRO: UNIVERSITÁRIO**, município de Campo Grande – MS.

REQUERIMENTO

MAURÍCIO GUIMARAES CLAUDIANO ME torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana – SEMADUR a Licença Ambiental Modalidade Licença Prévía para atividade de **SERVIÇO DE MECANICA EM GERAL.** Localizada à **AVENIDA COSTA E SILVA, 368, VILA PROGRESSO** município de Campo Grande – MS.

REQUERIMENTO

ORÓCIDIO DE ARAÚJO - ME, CNPJ Nº 00.984.674/0001-78, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana – SEMADUR a Licença Ambiental Modalidade Licença Prévía para atividade de **COMERCIO DE AUTOPECAS.** Localizada à **Avenida das Bandeiras, 442, Lote: 2R, Quadra: 08, Parcelamento: Vila Carvalho, Bairro: Carvalho**, município de Campo Grande –MS.

REQUERIMENTO

SANTA FÉ CONSTRUTORA LTDA, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana – SEMADUR a Prorrogação da Licença Ambiental Modalidade Licença de Instalação nº 02.070/2016 com vencimento em 17/05/2017 para atividade de **LOTEAMENTO URBANO.** Localizado no lote Esperança com frente para Rua Lindóia, resultante do desmembramento do lote originário- Bairro Nasser no município de Campo Grande – MS.

REQUERIMENTO

VIAÇÃO CIDADE MORENA LTDA torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana – SEMADUR a Licença Ambiental Modalidade Licença Prévía para atividade de **garagem de empresa de transporte coletivo urbano (ônibus), contemplando estacionamento, setor de lavagem e setor de armazenamento e abastecimento de combustível.** Localizada na **Rua Benedito Campos Couto, nº 460, bairro Jardim América**, município de Campo Grande/MS.

RÉGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
 COMARCA DE CAMPO GRANDE – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EDITAL EXTRAJUDICIAL

João Gilberto Gonçalves Filho, Oficial do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária de Campo Grande-MS, na forma da lei...

FAZ SABER, que no uso das atribuições que lhes são conferidas pela nova redação do artigo 213 da Lei nº 6.015/73 e pela Lei 10.931/04, bem como por requerimento de Edson Zardo, CPF nº 542.290.901-10, proprietário do imóvel denominado **Lote A, Bairro São Bento**, objeto da Matrícula nº 234.344, da 1ª C.R.I., vem pelo presente notificar:

1)ALCIDES DOS SANTOS, CPF nº 024.941.591-72 e LUCI BENIGNA NOLETO DOS SANTOS. Ref.: Praça nº 4. Matrícula nº 235.382; 2)JEDY LAMAR MANZANO GONÇALVES DE SOUZA. Ref.: Lote "P". Matrícula nº 225.159; 3)JORGE ROBERTO GENARO, CPF nº 726.599.808-10 e NÁDIA ASSIS DOMINGOS GENARO, CPF nº 337.163.661-53. Ref.: Lote "5-A". Matrícula 200.650; 4)ARILINDO D'AVILA FILHO, CPF nº 147.001.231-68 e CRISTIANE NICOLAU SANCHES D'AVILA, CPF nº 808.217.401-30. Ref.: Lote nº 3, Matrícula 2.504;5)ELTON ALVES DA SILVA E SILVA, CPF nº 104.481.807-74 e DANIELLE COSTA RIBEIRO, CPF nº 110.159.317-23 Ref.: Lote: "1-B". Matrícula nº 225.169; ou alguém por eles, para tomarem conhecimentos da planta de reconhecimento de divisas e memorial descritivo, em virtude dos mesmos figurarem como proprietários de lotes confrontantes ao imóvel objeto da ratificação.

A documentação encontra-se disponível no Cartório do registro de imóveis da 1ª Circunscrição à Rua Barão do Rio Branco, 1079, Centro, Campo Grande, MS, para consulta pessoal ou por intermédio de representante legal, podendo assiná-la ou apresentar impugnação fundamentada no prazo de 15 dias a contar da última publicação deste, sob pena de configurar anuência presumida, nos termos das Leis supracitadas. Em diligências efetuadas pelo Oficial de Justiça competente, foi certificado que os notificandos não foram localizados nos endereços fornecidos pela parte requerente e nem lhe foi fornecido como localizá-los.

Campo Grande, MS, 31 de Março de 2017

João Gilberto Gonçalves Filho
 Oficial do Registro de Imóveis
 1ª Circunscrição Imobiliária

REGISTRO DE IMÓVEL
 1ª C.R.I. - Campo Grande - MS
 Eulálio Sanabria Florentin
 Escrivão Autorizado



SANTA CASA SAÚDE
 ANS Nº 306428
 CNPJ 03.276.524/0001-06

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores em milhares de R\$			BALANÇO PATRIMONIAL	Valores em milhares de R\$		
	2.015	2.016			2.015	2.016	
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Disponível	4	74.018	59.213	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	14	92.165	79.852
Realizável	5	21.444	11.168	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar		562	666
Aplicações Financeiras	6	14.987	6.578	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS	19	134	185
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas		254	325	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		112	157
Aplicações não Vinculadas		14.734	6.254	Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		203	215
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		31	35	Débitos Operações Assistência à Saúde Não Relacionadas c/Planos Saúde da Operadora	15	1.109	3.19
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	7	31	35	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	35.030	6.691
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operador	8	28.142	28.882	Emprestimos e Financiamentos a Pagar	17	15.749	20.416
Créditos Tributários e Previdenciários	9	-	1	Débitos Diversos	18	39.715	50.960
Bens e Títulos a Receber	11	9.346	12.240	Não Circulante		91.851	93.933
Despesas Antecipadas		67	310	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		-	116
ATIVO NÃO CIRCULANTE		32.906	48.776	Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS	19	-	116
Realizável a Longo Prazo		1.755	2.919	Provisões		4.210	4.155
Depósitos Judiciais e Fiscais	12	1.675	2.821	Provisões para Ações Judiciais	20	4.210	4.155
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		80	98	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		4.153	3.833
Investimentos		512	484	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	4.153	3.833
Outros Investimentos		512	484	Parcelamento de Tributos e Contribuições	17	4.153	3.833
Imobilizado		30.639	45.373	Emprestimos e Financiamentos a Pagar	17	73.663	77.923
Imoveis de Uso Próprio		263	249	Débitos Diversos	22	9.824	7.906
Imoáveis - Hospitalares / Odontológicos		263	249	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		(77.091)	(64.986)
Imobilizado de Uso Próprio		18.641	25.498	Patrimônio Social	23	2.372	2.372
Hospitais / Odontológicos		16.208	21.825	Reservas		7.084	6.406
Não Hospitalares / Odontológicos		2.433	3.673	Reservas de Reavaliação	24	7.084	6.406
Imobilizações em Curso		3.691	8.086	Lucros / Prejuízos - Superávits / Débitos Acumulados ou Resultado	25	(86.547)	(73.774)
Outras Imobilizações		8.041	11.470				
Intangível		4	69				
TOTAL DO ATIVO ==>>		106.928	107.988	TOTAL DO PASSIVO ==>>		106.928	107.988

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT / DEFICIT FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016				
As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis								
Valores em milhares de R\$				Valores em milhares de R\$				
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO		Nota	2.015	2.016	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		2.015	2.016
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde ==>			2.417	2.526	ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		26	2.417	2.526	(+) Recebimento de Planos Saúde		2.069	2.104
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos			2.417	2.526	(+) Resgate de Aplicações Financeiras		69.768	216.688
Eventos / Sinistros Indenizáveis Líquidos ==>			(1.243)	(1.490)	(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras		2.635	2.206
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados			(1.243)	(1.479)	(+) Outros Recebimentos Operacionais		256.654	275.937
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados			-	(11)	(-) Pagamento de Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde		36.031	44.575
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE ==>			1.174	1.035	(-) Pagamento de Pessoal		97.990	114.279
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operador:		21	304.105	320.572	(-) Pagamento de Serviços Terceiros		25.056	24.835
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar			22.764	30.712	(-) Pagamento de Tributos		38.476	43.396
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)			234.944	245.413	(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)		736	1.036
Outras Receitas Operacionais			46.397	44.448	(-) Pagamento de Aluguel		72	
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde			(2.172)	292	(-) Aplicações Financeiras		79.482	208.279
Provisão para Perdas Sobre Créditos			(2.172)	292	(-) Outros Pagamentos Operacionais		64.033	79.046
					Caixa Líquido das Atividades Operacionais		(10.751)	(18.510)
					ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
					(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas		-	-
					(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar		(9.925)	(14.682)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Oper		27	(259.188)	(293.324)	Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(9.925)	(14.682)
					ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RESULTADO BRUTO ==>			43.920	28.576	(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos		19.625	29.980
Despesas Administrativas		28	(4.091)	(5.361)	(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento		17.127	16.528
Resultado Financeiro Líquido		29	(12.435)	(11.912)	(-) Pagamento de Juros – Empréstimos/Financiamentos/Leasing		11.767	12.003
Receitas Financeiras			2.676	2.749	(-) Pagamento de Amortização – Empréstimos/Financiamentos/Leasing		9.591	9.605
Despesas Financeiras			(15.110)	(14.662)	(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento		2.861	1.630
					Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		12.532	23.270
					VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		(6.144)	(9.923)
Resultado Patrimonial			1.123	793	CAIXA – Saldo Inicial		29.234	21.090
Receitas Patrimoniais			1.123	793	CAIXA – Saldo Final		21.090	11.168
					Ativos Livres no Início do Período (*)		31.336	35.824
					Ativos Livres no Final do Período (*)		35.824	17.421
RESULTADO LÍQUIDO ==>			28.517	12.095	Aumento(Diminuição) nas Aplic. Financ. – RECURSOS LIVRES		4.488	(18.403)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016							
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	Patrimônio Social	Reserva de Capital	Reserva de Investimentos	Reserva de Reavaliação	Déficits Acumulados	Total	
Valores em milhares de R\$							
Em 01 de Janeiro de 2015	2.372	-	-	7.763	(115.742)	(105.607)	
● Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-	
● Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	
● Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(678)	678	(0)	
● Realização da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-	
● Superávit/Deficit do exercício	-	-	-	-	28.517	28.517	
Em 31 de Dezembro de 2015	2.372	-	-	7.084	(86.547)	(77.091)	
● Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-	
● Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	
● Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(678)	678	(0)	
● Realização da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-	
● Superávit/Deficit do exercício	-	-	-	-	12.095	12.095	
Em 31 de Dezembro de 2016	2.372	-	-	6.406	(73.774)	(64.996)	



SANTA CASA SAÚDE
ANS Nº 306428
CNPJ 03.276.524/0001-06

ANÁLISE FINANCEIRA

1. LIQUIDEZ CORRENTE

Calculada a partir da Razão entre os direitos a curto prazo da empresa (Caixas, bancos, estoques, clientes) e a as dívidas a curto prazo (Empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores). No Balanço estas informações são evidenciadas respectivamente como Ativo Circulante e Passivo Circulante.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

31/12/2014		31/12/2015		31/12/2016	
Liquidez Corrente		Liquidez Corrente		Liquidez Corrente	
Ativo Circulante	68.590.459,74	Ativo Circulante	74.018.303,61	Ativo Circulante	59.213.073,87
Passivo Circulante	82.363.633,65	Passivo Circulante	92.164.648,37	Passivo Circulante	79.051.566,62
	= 0,83		= 0,80		= 0,75
A Empresa tem 0,83 para cada R\$ 1,00 de dívida		A Empresa tem 0,80 para cada R\$ 1,00 de dívida		A Empresa tem 0,75 para cada R\$ 1,00 de dívida	

2. LIQUIDEZ SECA

Similar a liquidez corrente a liquidez Seca exclui do cálculo acima os estoques, por não apresentarem liquidez compatível com o grupo patrimonial onde estão inseridos. O resultado deste índice será invariavelmente menor ao de liquidez corrente, sendo cauteloso com relação ao estoque para a liquidação de obrigações.

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

31/12/2014		31/12/2015		31/12/2016	
Liquidez Seca		Liquidez Seca		Liquidez Seca	
AC - Estoque	62.779.515,28	AC - Estoque	65.580.729,83	AC - Estoque	47.788.636,13
Passivo Circulante	199.412.356,49	Passivo Circulante	92.164.648,37	Passivo Circulante	79.051.566,62
	= 0,31		= 0,71		= 0,60
A Empresa tem 0,31 para cada R\$ 1,00 de dívida		A Empresa tem 0,71 para cada R\$ 1,00 de dívida		A Empresa tem 0,60 para cada R\$ 1,00 de dívida	

3.LIQUIDEZ GERAL

Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Estes valores também são obtidos no balanço patrimonial.

Observação: A partir de 31.12.2008, em função da nova estrutura dos balanços patrimoniais promovida pela MP 449/2008, a fórmula da liquidez geral será:

$$\text{Liquidez Geral} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

31/12/2014		31/12/2015		31/12/2016	
Liquidez Geral		Liquidez Geral		Liquidez Geral	
AC + Real LP	70.446.163,71	AC + Real LP	75.773.492,38	AC + Real LP	62.131.659,66
Exigível Total	199.412.356,49	Exigível Total	184.015.397,96	Exigível Total	172.984.549,40
	= 0,35		= 0,41		= 0,36
A Empresa tem 0,35 para cada R\$ 1,00 de dívida		A Empresa tem 0,41 para cada R\$ 1,00 de dívida		A Empresa tem 0,36 para cada R\$ 1,00 de dívida	

4.SOLVÊNCIA GERAL

Solvência, em finanças e contabilidade, é o estado do devedor que possui seu ativo maior do que o passivo, ou a sua capacidade de cumprir os compromissos com os recursos que constituem seu patrimônio ou seu ativo. Portanto, do ponto de vista econômico, uma empresa é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam sua sobrevivência no futuro.

$$\text{Solvência Geral} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Exigível Total})$$

31/12/2014		31/12/2015		31/12/2016	
Solvencia Geral		Solvencia Geral		Solvencia Geral	
Ativo Total	133.907.599,12	Ativo Total	136.066.487,59	Ativo Total	130.161.433,93
Exigível Total	199.412.356,49	Exigível Total	184.015.397,96	Exigível Total	172.984.549,40
	= 0,67		= 0,74		= 0,75
A Empresa tem 0,67 para cada R\$ 1,00 de dívida		A Empresa tem 0,74 para cada R\$ 1,00 de dívida		A Empresa tem 0,75 para cada R\$ 1,00 de dívida	

5.ENDIVIDAMENTO

Definição - Mede se uma empresa é muito ou pouco endividada, ou seja, se usa muito ou pouco capital de terceiros onerosos. Quanto menor o percentual melhor.

$$\text{Endividamento} = (\text{Exigível Total}) / (\text{Ativo Total})$$

31/12/2014		31/12/2015		31/12/2016	
Endividamento		Endividamento		Endividamento	
Exigível Total	199.412.356,49	Exigível Total	184.015.397,96	Exigível Total	172.984.549,40
Ativo Total	133.907.599,12	Ativo Total	136.066.487,59	Ativo Total	130.161.433,93
	= 1,49		= 1,35		= 1,33
Capital Terceiros Representa	149	Capital Terceiros Representa	135	Capital Terceiros Representa	133
Porcento do Investimento Total		Porcento do Investimento Total		Porcento do Investimento Total	

6.CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO

Capital de giro (ou ativo circulante) é o valor que a empresa tem para custear e manter suas despesas operacionais do dia a dia — valor esse que é o resultado da diferença entre o dinheiro que você tem disponível e o dinheiro que você deve —, sejam elas fixas ou os gastos necessários para produção, comercialização ou prestação do serviço. Ele diz respeito a uma reserva de recursos de rápida renovação, voltada a suprir as necessidades da gestão financeira do negócio ao longo do tempo. Esses recursos concentram-se nas contas a receber, no estoque, no caixa ou na conta corrente bancária e influenciam no cálculo do capital de giro

$$\text{Capital de Giro Próprio} = (\text{Ativo Circulante} + \text{ativo não circulante}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$$

31/12/2014		31/12/2015		31/12/2016	
Capital de Giro Próprio		Capital de Giro Próprio		Capital de Giro Próprio	
Ativo Circulante	68.590.459,74	Ativo Circulante	74.018.303,61	Ativo Circulante	59.213.073,87
Realiz.L/Prazo	1.855.703,97	Realiz.L/Prazo	1.755.188,77	Realiz.L/Prazo	2.918.585,79
(-)Pass.Circulante	82.363.633,65	(-)Pass.Circulante	92.164.648,37	(-)Pass.Circulante	79.051.556,62
(-)Exigiv.L/Prazo	117.048.722,84	(-)Exigiv.L/Prazo	91.850.749,59	(-)Exigiv.L/Prazo	93.932.992,78
(=) Capital de Giro Próprio	(128.966.192,78)	(=) Capital de Giro Próprio	(108.241.905,58)	(=) Capital de Giro Próprio	(110.852.889,74)



SANTA CASA SAÚDE
ANS Nº 306428
CNPJ 03.276.524/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FIMAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa, entidade mantenedora e administradora do Hospital de Caridade "Santa Casa", instituição de direito privado, com fins filantrópicos, de educação e assistência social, fundada em 03 de junho de 1.919, reconhecida como utilidade pública municipal pela lei nº. 650 de 26 de novembro de 1959, utilidade pública estadual pela lei nº 1227 de 25 de julho de 1959 e utilidade pública federal pela lei nº. 62.252 de 14 de fevereiro de 1968, detentora do CNAS - Certificado Nacional Assistência Social, tem como missão Prover assistência à saúde por meio de uma gestão que garanta filantropia com sustentabilidade, aprimorando a qualidade e o ensino.

Tem seus valores definidos em: dedicação com as pessoas, comprometimento, ética nas atitudes, transparência nos processos, ousadia nas decisões, equidade e altruísmo.

Sua visão é ser referência nacional em gestão hospitalar, atuando com filantropia auto sustentável, ser reconhecido pela humanização, segurança e qualidade assistencial, ser um dos principais hospitais de referência em alta complexidade da região centro-oeste, ser referência no estado do MS em serviços diagnósticos e terapêuticos de alta tecnologia, ser um centro formador de profissionais técnicos na área de saúde, ser referência em qualificação profissional, gerando e disseminando conhecimento.

A Santa Casa possui sua unidade hospitalar em Campo Grande no estado de

DESCRIÇÃO APLICAÇÕES	2.015	2.016
CEF (0017 / 003.00206658-5)	4.142.486	3.195.802
BRASIL (2609-3/6761X) CONV 774614	1	9
BRASIL (2609-3/67628) CONV 776138	126.305	9
CEF (0017/003.00001741-5)	393.546	-
CEF (0017 / 003.00000168-3)	12.884	2.785
BRASIL (2609-3/67636) CONV 776578	1	1
CEF (0017/003.2055-6)	477.025	422.821
SICRED (24137-7)	1.374.799	2
BANCO SICRED (0911-3/36121-6)	8.202.211	1.771
BRASIL (2609-3 / 5952-8) - BB CP ADMIN TR	-	35.471
BRASIL (2609-3 / 5954-4)	-	5.617
CEF (0017/003/2824-7)	-	4.776
CEF (0017/013 55251-2) POUPANÇA	4.316	240.113
CEF (0017.013.13426-5) POUPANÇA	-	85.852
CEF (0017/003.2055-6) VLR EMPRESTIMO	-	2.258.595
Total ==>	14.733.574	6.253.625

Mato Grosso do Sul prestando serviços de reconhecida relevância, sendo essencial para a comunidade e até mesmo para o poder público pois fornece serviços especializados, atendendo não só a capital, como os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, seus vizinhos e até mesmo outros países.

Em 13 de Janeiro de 2016, tomou posse a nova diretoria eleita para o biênio 2016/2017, composta: Presidente: Esacheu Cipriano Nascimento, Vice-presidente Jesus Alfredo Ruiz Sulzer, Diretor-Secretário: Heitor Rodrigues Freire, Diretor-Secretário Adjunto: Arly Rosa Serra, Diretor de Finanças: Milton Ferreira dos Santos, Diretor de Finanças Adjunto: Marcos Alceu da Silva Villalba.

A entidade em 31 de dezembro de 2016 encerrou o balanço com passivo descoberto no montante de R\$ 64.995.958 (sessenta e quatro milhões novecentos e noventa e cinco mil novecentos e cinquenta e oito reais) e superávit no período no montante de R\$ 12.094.789 (doze milhões noventa e quatro mil setecentos e oitenta e nove reais).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e homologados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, bem como outros pronunciamentos emitidos por essa autarquia.

As alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/08, tiveram como principal impacto nas respectivas demonstrações contábeis:

- i) a substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa;
- ii) obrigatoriedade de a Entidade analisar periodicamente a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (impairmenttest);
- iii) eliminação do subgrupo "Resultados não operacionais", na demonstração de resultado do período.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 290/2012 com alterações pela RN 344 de 20/12/2013 e segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21, em consonância com a resolução CFC nº 1409/12 que aprova a ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros.

b) Base para Avaliação e Moeda Funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto para os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4. Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por disponibilidades em moeda nacional, caixa e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

5. Realizável

São representados por aplicações vinculadas e não vinculadas, por mensalidades a receber do plano de saúde, por contas a receber de convênios, SUS e particulares, são compostos ainda por créditos tributários e previdenciários, por valores em estoque e despesas antecipadas.

6. Aplicações

As aplicações são compostas por investimentos em títulos de liquidez imediata, demonstradas pelo valor original e acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, 31 de dezembro de 2016.

As aplicações financeiras são compostas por operações com recursos próprios no valor de R\$ 6.253.625 (seis milhões duzentos e cinquenta e três mil seiscentos e vinte e cinco reais).

A entidade possui uma aplicação financeira no banco Caixa Econômica Federal vinculada a provisões técnicas no valor de R\$ 324.601 (trezentos e vinte e quatro mil seiscentos e um reais).

Resumo da classificação das aplicações

i. Cobertura das provisões técnicas

DESCRICOÃO APLICACOES	2.015	2.016
CEF (0017/003.00000168-3)	253.707	324.601
Total ==>	253.707	324.601

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são registrados no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos que representam esses créditos, em contrapartida à conta de contraprestação efetiva de operações de assistência à saúde, provenientes de contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes ao ressarcimento de eventos. A instituição constituiu provisão para riscos de não recebimento de crédito sobre os valores pendentes de recebimento por mais de 60 dias.

CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIA A RECEBER	2.015	2.016
A vencer		
Até 30 dias	26.547	-
Total a vencer ==>	26.547	-

Vencidos	2.015	2.016
Até 30 dias	5.050	26.353
De 31 a 120 dias	80	8.896
Acima de 121 dias	1.581	1.581
Total vencidos ==>	6.711	36.830

Provisão para risco de crédito	2.015	2.016
Provisão	(1.822)	(1.581)
Total provisão para risco de crédito ==>	(1.822)	(1.581)
Total ==>	31.435	35.249

8. CREDITO DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA A SAUDE NÃO RELACIONADO COM PLANO DE SAUDE DA OPERADORA

São registrados nesta conta os créditos oriundos de prestação de serviço hospitalar com convênios, particulares e SUS (Sistema Único de Saúde)

Creditos não relacionados com Plano de Saúde	2.015	2.016
Convenios a receber	4.484.413	8.753.601
Recurso de glosa	1.958.773	1.763.775
(-) Valores em Transitio Convênio	(1.506.177)	(3.145.736)
(-) PROVISAO PERDA SOBRE CRÉDITOS-CONVÊNIO	(615.672)	(375.373)
(-) PROVISAO PERDA SOBRE CRÉDITO-GLOSA	(1.524.246)	(1.352.706)
SUS a receber	44.219.671	25.470.095
(-) PROVISAO EXCEDE CONTRATO MC	(19.161.714)	(549.764)
(-) Valores em Transitio SUS	-	(2.000.000)
Clientes a Receber	287.102	318.251
Total ==>	28.142.151	28.882.143

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Encontram-se registrados nesse grupo valores retidos de impostos a recuperar

10. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, tendo sua depreciação ou amortização calculadas pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil do bem.

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, deduzido pela depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela dedução entre os recursos advindos da venda e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos o valor líquido dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

A Entidade procedeu à revisão das vidas úteis e atualização de seus ativos imobilizados conforme requerido pela NBC TG 27 (CPC 27 - Ativo Imobilizado), contudo, em função da Agencia Nacional de Saúde Suplementar - ANS não permitir tais ajustes, não se procederam os lançamentos contábeis.



SANTA CASA SAÚDE
ANS nº 306428
CNPJ 03.276.524/0001-06

IMOBILIZADO	2.015		2.016		Tx Dep		
	SDO ANTERIOR	AQUISICOES	BAIXAS	EST. BAIXAS DEP. ACUM.		SDO ATUAL	
EDIFICACOES E BENFEITORIAS	241.302	-	-	(14.194)	227.108	4%	
TERRENOS	22.000	-	-	-	22.000	0%	
INSTALACOES	48.709	-	-	(7.500)	41.209	10%	
EQUIPAMENTOS ELETROMEDICOS	10.884.524	7.102.385	(1.515.027)	45.000	(642.195)	15.874.688	10%
EQUIPAMENTOS DE APOIO	18.283	32.741	-	-	(9.403)	41.622	10%
EQUIPAMENTOS GERAIS	3.589.717	1.286.637	(396.674)	-	(92.197)	4.386.484	10%
MAQ/EQUIPAMENTOS ELETR PROC DADOS	1.666.018	277.286	(328.800)	-	(135.096)	1.481.408	20%
MOVEIS E UTENSILIOS	2.358.777	1.691.696	(294.251)	-	(130.816)	3.625.407	10%
BIBLIOTECA	472	-	-	-	(374)	98	10%
VEICULOS	73.365	-	-	-	(25.902)	47.463	25%
CHACARA SANTO ANTONIO	14.804	-	-	-	(418)	14.385	2%
REAV. CHACARA SANTO ANTONIO	137.148	-	-	-	(3.882)	133.266	2%
COMPLEXO AVENIDA MATO GROSSO	200.525	-	-	-	(19.325)	181.200	4%
REAV. COMPLEXO AVENIDA MATO GROSSO	1.846.306	-	-	-	(178.675)	1.667.631	4%
COMPLEXO EDUARDO SANTOS PEREIRA	98.044	3.212.885	-	-	(110.669)	4.082.260	4%
REAV. COMPLEXO EDUARDO STOS PEREIR	4.861.939	-	-	-	(470.510)	4.391.428	4%
MODERNIZACAO ELEVADORES (CTI OTIS)	556.000	-	-	-	-	556.000	0%
IMOVEL 13 DE MAIO	-	1.000.000	-	-	-	1.000.000	0%
Total ==>	27.500.933	14.603.631,22	(2.534.751)*	45.000	(1.841.155)	37.773.658	

Bens em Comodato 2.015	2015	2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE - SESAU	343.216	343.216
INTO - INSTITUTO NACIONAL TRAUMATOLOGIA E OR	3.139.693	3.139.693
ESTADO MATO GROSSO DO SUL - SES	951.335	951.335
MINISTERIO SAUDE	40.187	40.187
HOSPITAL REGIONAL	42.679	42.679
ANTONIO MORAES DOS SANTOS	602.241	602.241
SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	148.000	148.000
EQUIPAMED EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	60.000	60.000
NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	22.856	22.856
LABORATORIOS B.BRAUN S.A	39.089	39.089
EXITUSMED COM PROD MEDICOS HOSPITALARE	8.000	8.000
EXPRESSA DISTRIB MEDICAMENTOS LTDA	24.481	24.481
Total ==>	5.421.778	5.421.778
Total Geral ==>	29.141.834	22.172.840

14. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERACOES DE ASSISTENCIA A SAUDE

São registradas com base nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Companhia até a data-base em contrapartida à rubrica "Eventos

Imóveis em Construção	2.015		2.016		DEP. ACUM.	SALDO ATUAL	Tx Dep
	SDO ANTERIOR	ADQUIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.			
CONV 916/2002 HOSPITAL TRAUMA	1.416.007	3.030.413	-	-	-	4.446.420	
REFORMA/CONSTRUÇÃO PARENTERAL	242.459	-	-	-	-	242.459	
REFORMA PRONTOMED	97.3156	-	-	(973.156)	-	(0)	
REFORMA/CONSTRUÇÃO VESTIÁRIO	178.750	-	-	-	-	178.750	
REFORMA UNIDADE SAUDE CONTRATO 26	32.4145	568.176	-	-	-	892.322	
REFORMA DO LABORATORIO 1 SS ALA C	-	293.913	-	-	-	293.913	
REFORMA DO CENTRO CIRURGICO	-	933.242	-	-	-	933.242	
REFORMA PLANO DE SAÚDE	-	258.978	-	-	-	258.978	
REFORMA FACHADA PREDIO STA CASA	-	177.758	-	-	-	177.758	
REFORMA 5º C	-	74.306	-	-	-	74.306	
REFORMA 5º A	-	31.454	-	-	-	31.454	
Total ==>	3.134.517	5.368.239	-	(973.156)	-	7.529.600	

Intangível 2.016	SDO ANTERIOR	ADQUIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	DEP. ACUM.	SALDO ATUAL	Tx Dep
SOFTWARE	3.684	78.243	-	-	(12.597)	69.330	20%
Total ==>	3.684	78.243	-	-	(12.597)	69.330	

Total Geral ==>	30.639.134	20.050.114	(2.534.751)	(928.156)	(1.853.752)	45.372.588	
---------------------------	-------------------	-------------------	--------------------	------------------	--------------------	-------------------	--

11. BENS E TÍTULOS A RECEBER

Encontram-se registrados nesse grupo, os itens em estoque registrados pelo valor de aquisição e títulos a receber oriundos de operações com cartão de crédito e recebimentos em cheques pré-datados. Todos os itens em estoque são utilizados nos atendimentos aos pacientes.

Bens e Títulos a Receber	2.015	2.016
Almoxarifado	6.887.762	8.624.552
Empréstimos e depósitos compulsórios	1.404.649	1.490.431
Títulos a receber	168.910	153.684
Outros títulos e bens a receber	1.228.415	2.415.333
Estoques Obsoletos	(343.887)	(444.465)
Total ==>	9.345.848	12.239.534

12. DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Encontram-se registrados neste grupo os depósitos por determinação judicial oriundos de processos trabalhistas e cíveis, perfazendo em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 452.558 (quatrocentos e cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta e oito reais), encontram-se ainda registrados neste grupo Bloqueios Judiciais em conta corrente da entidade que em 31 de dezembro de 2016 perfaz o montante de R\$ 2.368.320 (dois milhões trezentos e sessenta e oito mil trezentos e vinte reais).

DESCRIÇÃO DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	2.015	2.016
DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	386.044	452.558
BLOQUEIO JUDICIAL	1.289.358	2.368.320
Total ==>	1.675.402	2.820.878

13. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Encontra-se registrados nesta conta os valores oriundos de convênios celebrados com entidades públicas e privadas que em 31 de dezembro 2016, perfazendo o montante de R\$ 22.172.840 (vinte e dois milhões cento e setenta e dois mil oitocentos e quarenta reais).

Compensação	2.015	2.016
CONV 916/2002	2.376.407	1.384.787
CONV CENTRO EDUCACIONAL PADRAO	7.520	-
CONV MACE MODERNA ASS ENS	164	164
CONV SENAC	3.650	-
ISES - INST SULMTGSE ENS SUPERIOR	3.165	-
CONVENIO 776578/2012	23.783	23.783
CONVENIO 766208/2011	11.089.500	10.777.013
CEGRAN CENTRO DE ENSINO CAMPO GRAN	9.360	9.360
CONVENIO 223 CRECHE	216.474	216.474
CONVÊNIO 798931/2013	1.000.011	1.000.011
ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA 2016	2.900.458	-
ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA 2017	2.900.458	-
ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA 2018	2.900.458	2.900.458
CONVENIO 801254/2014	268.648	268.648
CONVENIO 23337/2014	20.000	20.000
CONVENIO 464 CRECHE	-	150.364
Total ==>	23.720.056	16.751.062

indenizáveis líquidos. "

PROVISÕES TÉCNICAS	2.015	2.016
RESSARCIMENTO AO SUS	133.905	185.011
REDE CONTRATADA / CREDENCIADA	111.992	157.032
PROVISAO PARA EVENTOS OCORRIOS E NÃO AVISAD	316.571	324.004
Total ==>	562.468	666.047

15. OUTROS DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

São registrados neste grupo os débitos oriundos de prestação de serviços aos usuários do plano de saúde.

OUTROS DÉBITOS OPERAÇÕES ASSISTENCIA A SAÚDE	2.015	2.016
FORNECEDOR SERVIÇO HOSPITALAR	1.108.722	318.525
Total ==>	1.108.722	318.525

16. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Encontram-se registrados neste grupo os débitos oriundos de impostos incidentes sobre folha de pagamento e retenções efetuadas de prestadores de serviço, pessoas jurídicas e funcionários.

Em 03 de dezembro de 2014 foi realizado Parcelamento de FGTS referente ao período de 03/2013 a 11/2013 perfazendo total de R\$ 4.791.607 (quatro milhões setecentos e noventa e um mil seiscentos e sete reais). Em 31 de dezembro de 2016 o valor a ser quitado do Parcelamento do FGTS é de R\$ 4.155.707 (quatro milhões cento e cinquenta e cinco mil setecentos e sete reais).

Tributos e encargos sociais	2.015	2.016
FGTS	1.596.360	1.782.350
COFINS E PIS / PASEP	186.764	-
I.R.	2.281.587	2.528.767
I.S.S.	1.113.872	1.125.185
PIS, COFINS, CSLL	104.411	123.941
I.N.S.S.	720.977	808.256
PARCELAMENTO TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	4.447.690	4.155.707
Total ==>	10.451.661	10.524.207

Circulante	2.015	2.016
Circulante	6.298.934	6.690.921
Não Circulante	4.152.726	3.833.286
Total ==>	10.451.661	10.524.207

	2.016	2.019	2.020	Após 2.021	Total
	319.440	319.440	319.440	2.874.964	3.833.286

16a - PROSUS

Em 24 de outubro de 2013 foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 12.873, que, entre outras matérias, a partir do artigo 23 institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades Sem Fins Lucrativos que atuam na área da saúde e participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde - Prosus, regulamentada pela Portaria 535 de 08 de Abril de 2014 do Ministério da Saúde, e, pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 03 de 26 de Fevereiro de 2014.

A entidade ciente da enorme relevância à adesão a Lei, no dia 01 de Julho de 2014, encaminhou toda a documentação exigida ao Ministério da Saúde. No dia 11 de Setembro de 2014, foi publicado no Diário Oficial da União a portaria nº 866 do Ministério da Saúde, que deferiu o pedido de adesão ao referido programa.

O valor remido pelo Prosus perfaz o montante de R\$ 57.077.493 (cinquenta e sete milhões setenta e sete mil quatrocentos e noventa e três reais). Deste valor R\$ 22.703.197 (vinte e dois milhões setecentos e três mil cento e noventa e sete reais), referem-se à dívidas com IRRF; R\$ 2.095.308 (dois milhões noventa e cinco mil trezentos e oito reais) referem-se a retenção de PIS, Cofins CSLL de notas fiscais; R\$ 7.477.179 (sete milhões quatrocentos e setenta e sete mil cento e setenta e nove reais) referem-se à INSS referente retenção; R\$ 1.270.856 (um milhão duzentos e setenta oitocentos e cinquenta e seis reais) referem-se a PIS sobre folha de pagamento; R\$ 4.142.482 (quatro milhões cento e quarenta e dois mil quatrocentos e oitenta e dois reais) referem-se ao parcelamento da PGFN (Timemania); e R\$ 19.388.470 (dezenove milhões trezentos e oitenta e oito mil quatrocentos e setenta reais) referem-se a ao parcelamento da RFB (Timemania).

Em 2015 o valor a ser remido referente ao PROSUS perfaz o montante de R\$ 28.731.188 (Vinte e oito milhões setecentos e trinta e um mil cento e oitenta e oito reais).

Em dezembro de 2016 o valor remanescente do Prosus foi liquidado.



SANTA CASA SAÚDE
ANS Nº 306428
CNPJ 03.276.524/0001-06

PROSUS	2.015	2.016
PROSUS	28.731.188	-
Total ==>	28.731.188	-

Circulante	2.015	2.016
Circulante	28.731.188	-
Não Circulante	-	-
Total ==>	28.731.188	-

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

São registrados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros proporcionais até o último dia do mês base.

Em 20 de dezembro de 2013 a entidade optou por realizar um empréstimo junto a CEF no montante de R\$ 80.000.000 (oitenta milhões de reais), sob o nº 07.0017.610.0000025-78, a taxa de juros efetiva mensal de 1.21%, com prazo de amortização em 84 meses.

Em 09 de janeiro de 2015 a entidade optou por realizar um empréstimo junto a CEF no montante de R\$ 8.665.000 (oito milhões seiscentos e sessenta e cinco mil reais), sob o nº 07.0017.610.0000026-59, a taxa de juros efetiva mensal de 1,29%, com prazo de amortização em 60 meses.

Em 09 de agosto de 2016 a entidade optou por realizar um empréstimo junto ao Santander no montante de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais), sob o nº 00333465300000007780, a taxa de juros efetiva mensal de 1,55%, com prazo de amortização em 60 meses, e quitou o empréstimo sob o nº 07.0017.610.0000027-30 que tinha com a CEF.

Em 30 de novembro de 2016 a entidade optou por realizar um empréstimo

São registrados nesta conta os créditos oriundos de prestação de serviço hospitalar com convênios, particulares e SUS - Sistema Único de Saúde, e receitas de convênios e doações.

Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano	2.015	2.016
Receitas com Outras Operações	-	145
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospi	22.763.653	30.712.127
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospi	234.944.387	245.412.511
Outras Receitas Operacionais	46.397.267	44.447.529
Total ==>	304.105.307	320.572.311

22. DÉBITOS DIVERSOS (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

São registrados nesta conta os débitos oriundos de parcelamento da concessionária de energia elétrica Energisa no valor de R\$ 7.652.282 (sete milhões seiscentos e cinquenta e dois mil duzentos e oitenta e dois reais), pensões vitalícias conforme determinação judicial no valor de R\$ 202.829 (duzentos e dois mil oitocentos e vinte e nove reais), convenio 5440/2004 queimados no valor de R\$ 50.482 (cinquenta mil quatrocentos e oitenta e dois reais) cujo prazo se estende à vencimento superior a data de 31 de dezembro de 2016.

Débitos Diversos (Não Circulante)	2.015	2.016
Parcelamento Energisa	9.565.353	7.652.282
Outros débitos	212.497	202.829

junto a CEF no montante de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais), sob o nº 07.0017.610.0000028-10, a taxa de juros efetiva mensal de 2,08%, com prazo de amortização em 36 meses.

Empréstimos e Financiamentos			
Nacional	2.015	2.016	
CEF CTO 07.0017.610.0000025-78	68.908.633	59.026.949	
CEF CTO 07.0017.610.0000026-59	7.746.618	6.312.518	
CEF CTO 07.0017.610.0000027-30	11.175.413	-	
SANTANDER CTO Nº 0033346530000007780	-	16.029.927	
CAIXA CTO Nº 07001761000002810	-	15.104.000	
Outros			
Empréstimos Recebido	1.581.489	1.865.160	
Total ==>	89.412.153	98.338.552	
Circulante	15.748.713	20.415.858	
Não Circulante	73.663.440	77.922.694	
Total ==>	89.412.153	98.338.552	
2.018	2.019	Após 2.021	Total
23.083.497	27.457.671	4.992.423	77.922.694

18. DÉBITOS DIVERSOS

São registrados nesta conta os valores correspondentes à folha de pagamento dos funcionários, fornecedores de materiais e medicamentos, próteses e débitos diversos não relacionados com plano de saúde.

Débitos diversos	2.015	2.016
Salários a pagar	6.134.945	6.813.819
Férias (Provisões)	15.000.745	16.608.011
Outras obrigações com pessoal	996.015	989.358
Fornecedores (Mat Med / Protese / Serv)	17.403.124	26.207.016
Outros débitos a pagar	179.794	342.003
Total ==>	39.714.623	50.960.206

19. PROVISÃO DE EVENTOS E SINISTROS A LIQUIDAR PARA O SUS

Encontram-se registrados nesta conta os valores de provisão para ressarcimento ao SUS, conforme determina a ANS, cujo montante registrado em 31 de dezembro de 2016 no passivo circulante o valor de R\$ 185.011 (cento e oitenta e cinco mil e onze reais) e no passivo não circulante o valor de R\$ 116.456 (cento e dezesseis mil quatrocentos e cinquenta e seis reais).

Provisão Eventos Liquidar SUS	2.015	2.016
Provisão Eventos Liquidar SUS (Circulante)	133.905	185.011
Provisão Eventos Liquidar SUS (Não Circulante)	-	116.456
Total ==>	133.905	301.467

20. PROVISÕES CONTINGENCIAIS

Conforme determina o CPC 25, que trata das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, foram constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Conforme julgamento de nossos consultores jurídicos foi avaliado como Possível de perda o montante de R\$ 48.261.094 (quarenta e oito milhões duzentos e sessenta e um mil e noventa e quatro reais). Deste montante R\$ 39.250.553 (trinta e nove milhões duzentos e cinquenta mil quinhentos e cinquenta e três reais) se tratam de ações cíveis e R\$ 9.010.541 (nove milhões dez mil quinhentos e quarenta e um reais) se tratam de ações trabalhistas.

PROVISÕES JUDICIAIS	2.015	2.016
PROVISÃO PARA AÇÕES CÍVIS	2.476.091	2.228.046
PROVISÃO PARA AÇÕES TRABALHISTAS	1.734.049	1.926.916
Total ==>	4.210.140	4.154.962

21. RECEITAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Outras exigibilidades de Longo Prazo	46.593	50.482
Total ==>	9.824.443	7.905.594

23. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio líquido da entidade perfaz o montante de R\$ 2.372 mil

Patrimônio social	2.015	2.016
Patrimônio Social	2.371.805	2.371.805
24. RESERVAS DE REAVALIÇÃO		
A reserva de reavaliação refere-se à avaliação efetuada pela entidade em 2001.		
Reserva De Reavaliação	2.015	2.016
Reserva De Reavaliação	7.084.298	6.406.139

25. SUPERÁVIT / DÉFICIT

A entidade no decorrer do exercício de 2015 encerrou-se com superávit demonstrado abaixo.

SUPERÁVIT / DÉFICIT	2.015	2.016
SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADOS	(115.063.803)	(85.868.689)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	28.516.955	12.094.789
Total ==>	(86.546.848)	(73.773.900)

26. CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS / PRÊMIOS GANHOS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As contraprestações de planos de assistência à saúde, na modalidade de pós-pagamento, são reconhecidas a partir do aviso de cobrança dos serviços médico-hospitalares realizados pelos prestadores de serviços. As receitas com administração dos planos de assistência à saúde são reconhecidas mensalmente considerando as disposições contratuais.

Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano	2.015	2.016
Receitas com Operações Assistencia a Saúde	2.416.625	2.525.589
Total ==>	2.416.625	2.525.589

27. OUTRAS DESPESAS OPER. DE ASSIST. À SAÚDE NÃO RELAC. COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

São registrados nesta conta as despesas oriundas de prestação de serviço hospitalar com convênios, particulares e SUS (Sistema Único de Saúde)

Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac.	2.015	2.016
Despesas com Pessoal	(98.962.396)	(115.338.558)
Obrigações Tributárias	(9.063.381)	(10.681.431)
Provisões com Pessoal	(24.276.761)	(26.814.234)
Utilidades e Serviços	(5.603.860)	(5.710.302)
Despesas Gerais	(1.846.167)	(1.786.674)
Serviços Profissionais e Contratados	(852.340)	(459.484)
Despesas com serviços de terceiros	(68.666.168)	(72.800.549)
Despesas com Consumo Estoque	(53.139.814)	(59.787.881)
Ocupação	(64.000)	-
Provisão Contingencial (Cível e Trabalhista)	-	(911.401)
Reversão Provisão Contingencias	3.287.129	966.578
Total ==>	(259.187.758)	(293.323.936)

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

São registradas nesta conta as despesas oriundas de prestação de serviço com a operadora do Plano de Saúde do Hospital

Débitos diversos	2.015	2.016
Despesa com Pessoal	(243.979)	(482.924)
Provisões com Pessoal	(62.086)	(128.486)
Encargos Sociais	(20.904)	(40.672)
Despesa com transporte	(9.664)	(5.207)
Serviços Terceiros	(426.322)	(398.736)
Despesas com localização e funcionamento	(68.780)	(120.936)
Outras despesas com localização e funcionamento	(19.303)	(17.143)
Despesas com Tributos	(1.435)	(116.100)
Total ==>	(852.474)	(1.310.204)



SANTA CASA SAÚDE
ANS Nº 306428
CNPJ 03.276.524/0001-06

28a - DEPRECIACÃO

São registrados nesta conta os valores correspondentes as depreciações dos bens Imobilizados.

Depreciação	2.015	2.016
Depreciação Santa Casa	(3.231.167)	(4.045.283)
Depreciação Plano	(7.426)	(5.900)
Total ==>	(3.238.593)	(4.051.183)

29. RESULTADO FINANCEIRO

São registradas nesta conta as receitas e despesas oriundas de movimentação financeira com rendimento bancário, descontos obtidos, multas pagas ou incorridas, juros sobre empréstimos.

Resultado Financeiro	2.015	2.016
Descontos Concedidos	(491.860)	(1.345.801)
Comissões e Despesas Bancárias	(68.187)	(121.420)
Despesas com Multas e Juros	(14.550.421)	(13.194.280)
Total Despesas Financeiras ==>	(15.110.468)	(14.661.501)
Juros e Multas recebidas	6.772	3.425
Rendimento Aplicação Financeira	2.664.003	2.205.916
Atualização Monetária Recebida	4.793	540.042
Total Receitas Financeiras ==>	2.675.568	2.749.383
Total ==>	(12.434.900)	(11.912.118)

34. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Entidade passou a manter cobertura de seguros para os equipamentos e estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feitos por consultores.

Seguros	Vigência	Coberturas	R\$ Apólice
PRÉDIO EDUARDO SANTOS PEREIRA	09/05/2016 à 09/0	Incendio , IDT, Ralo e Explosão	20.000.000
VEÍCULO UNO EV VIVAVE 1.0 FLEX Ano 2014 Placa OOL 8380	25/07/2016 à 25/0	100% V.R.(FIPB)+ Danos mat. Corp.	222.962
VEÍCULO UNO EV VIVAVE 1.0 FLEX Ano 2014 Placa OOL-5935	12/07/2016 à 12/0	100% V.R.(FIPB)+ Danos mat. Corp.	222.962
VEÍCULO DOBLO CARGO 1.4 8v Ano 2015	24/12/2016 à 24/1	100% V.R.(FIPB)+ Danos mat. Corp.	253.363
Total ==>			20.699.287

35. PLANO DE SAÚDE

A Entidade é operadora de um plano de saúde denominado Santa Casa Saúde, com 1.240 vidas em 31/12/2016.

Em 2014 a entidade efetuou a abertura de uma nova empresa para o Plano de Saúde, em decorrência da exigência da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), ter exigido que os Hospitais filantrópicos que detenham plano de saúde próprio devem segregar de forma separada as atividades da operadora e do hospital.

Em virtude da não autorização da ANS para migração da carteira de clientes para empresa nova a mesma encontra-se na Santa Casa.

ESACHEU CIPRIANO NASCIMENTO Presidente CPF 171.797.189-04	MILTON FERREIRA DOS SANTOS Dir. de Finanças CPF 237.637.751-68	RINALDO HAKME ROMANO Contador CRC-MS 010205/O
--	---	--

30. ISENÇÕES

Em atendimento ao parágrafo único art. 4º Decreto 2.536 de 06/04/98 e NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS Patronal), como se devido fosse gozada durante o ano de 2016 foi de R\$ 43.334.118 (quarenta e três milhões trezentos e trinta e quatro mil cento e dezoito reais).

Ainda em atendimento a NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções fiscais (IR, PIS, COFINS, CSLL, ISS), gozadas durante o ano de 2016 foi de R\$ 33.645.558 (trinta e três milhões seiscentos e quarenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e oito reais).

ISENÇÕES	2.015	2.016
I.R.	5.042.538	4.249.035
PIS / COFINS / CSLL	16.657.675	15.464.011
I.S.S.	14.827.512	13.932.511
Total ==>	36.527.725	33.645.558
I.N.S.S.	39.699.606	43.334.118
Total Geral ==>	76.227.332	76.979.676

31. GRATUIDADES

Em substituição a exigência registrada no inciso VI do artigo 3º do decreto 2.536 de 06/04/98, a entidade registrou o percentual de 80,76% (pacientes dia), atendimento decorrente de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde - SUS, ou seja, superior a 70% do total da capacidade contratada.

32. SUBVENÇÕES

Conforme as exigências da ITG 2002 de 21/09/2012 (Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Sem Fins Lucrativos) a entidade recebeu subvenções do poder público através da celebração de convênios no montante de R\$ 4.251.335 (quatro milhões duzentos e cinquenta e um mil trezentos e trinta e cinco reais), a Entidade recebeu através de convênios particulares o montante de R\$ 5.860.865 (cinco milhões oitocentos e sessenta mil oitocentos e sessenta e cinco reais).

Subvenções	2.015	2.016
Convênio Escolas	603.800	59.949
Convênio Anhanguera Educacional Ltda	2.607.048	5.800.916
Convênio 233 Creche	108.237	-
Convênio 775099/2012	250.000	-
Convênio 766208/2011	50.000	312.487
Convênio 765893/2011	7.013.441	-
Convênio 807819/2014	500.000	-
Convênio 25235/2015	550.000	-
CONV 916/2002 - HOSPITAL TRAUMA	-	983.321
CONVENIO 25418/2015	-	900.000
CONVENIO 25481/2016	-	1.694.981
CONVENIO 758/2016	-	15.000
CONVENIO 759/2016	-	60.000
CONVENIO 757/2015	-	20.000
CONVENIO 464 CRECHE	-	225.546
CONVENIO 466	-	40.000
Total ==>	11.682.526	10.112.199

33. DOAÇÕES

A entidade recebeu no ano de 2.016 doações de pessoas físicas, jurídicas e entidades públicas o correspondente ao valor total de R\$ 2.761.159 (dois milhões setecentos e sessenta e um mil cento e cinquenta e nove reais).

Doações	2.015	2.016
DOACOES	2.263.980	2.347.887
DOAÇÕES CAPTAÇÃO DE RECURSOS/ORG E	55.190	413.272
Total ==>	2.319.170	2.761.159



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Ao

Presidente, Conselheiros e Diretores da
Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa
Campo Grande - MS.

Opinião Com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2016 da Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.276.524/0001-06, que compreendem o Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e as respectivas Demonstrações do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião Com Ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 10, A Santa Casa procedeu à revisão das vidas úteis e atualização de seus ativos imobilizados conforme requerido pela NBC TG 27 (CPC 27 - Ativo Imobilizado), contudo, em função da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS não permitir tais ajustes, não se procederam os lançamentos contábeis.

Ocorre que nos termos do CPC 01(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nos termos da Resolução Normativa nº 322/13 Anexo I Item 9.2 da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, os referidos lançamentos deveriam ter sido feitos.

Não obtivemos respostas à carta de confirmação (Circularização) enviada ao Banco Itaú e Banco do Brasil. Consequentemente, apesar de termos realizado testes alternativos de auditoria, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas duas instituições financeiras, como depósito, saques, captações, garantias, debentures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenha sido registrada e/ou divulgada nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



SANTA CASA SAÚDE
ANS Nº 306428
CNPJ 03.276.524/0001-06

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis e financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo internacional Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Principais comentários

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa Independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente BDO RCS Auditores Independentes S/S., CRC 2 SP 013846/O-1 S-MS, que emitiu relatório em 25 de abril de 2016 emitiu opinião com modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Campo Grande -MS, 22 de março de 2.017.

ODÁCIO PEREIRA MOREIRA
Contador CRC/MS 002731/O-7
CVM N° 9.77-6 E CNAI N° 435

RICARDO FIRMINO MOREIRA
Contador CRC/MS 011255/O-0

ALTERCON Auditoria e
Consultoria S/S.
CRC/MS 00560/O-6
CNPJ 13.256.754/0001-59